



Anais da Assembleia

Nº 53

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (53); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Del Ciel, Gernote Kirinus, Mário Celso, Romero Filho (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). Sr. Presidente. Peço a V. Ex.^a mandar fazer a chamada nominal, porque não há número sequer para a abertura da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Solicito de V. Ex.^a, Sr. Presidente, que faça um alertamento através do dispositivo eletrônico de que dispõe a Mesa, porque todos os Srs. Deputados estão nos gabinetes.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — (Faz soar os tímpanos).

A Mesa determina ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Acham-se presentes 23 Srs. Deputados; há número suficiente para o prosseguimento da sessão.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente. Entendo que para a continuidade da sessão, a abertura da sessão, há número. No entanto, Sr. Presidente, entendo que a chamada nominal dos Srs. Deputados, é para constar a presença, razão pela qual eu requeiro a V. Ex.^a que a Primeira Secretária da Casa faça novamente, ou melhor, faça a segunda chamada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente. Não vejo razão, a Mesa fez a chamada nominal, há "quorum" para a abertura dos trabalhos, não há razão para nós passarmos a tarde toda aqui, realizando chamada nominal. Não há razão nenhuma, regimentalmente, há "quorum" para a abertura dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Proceda a questão de ordem do Deputado Erondy Silvério, havendo

"quorum" para o prosseguimento da sessão, solicito ao Sr. 2.º Secretário que faça a leitura da ata.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Esta Casa normalmente, quando é requerida a chamada nominal, queira ficar a tarde inteira ou a noite inteira nesta Casa, a Casa normalmente, faz a segunda chamada, razão pela qual insisto com V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Não está sendo votada matéria, nós entendemos que há "quorum" para o prosseguimento da sessão, no momento da votação será procedida a segunda chamada nominal. Solicito ao Sr. Segundo Secretário que proceda...

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). — Sr. Presidente.

V. Ex.^a bem tem razão, não será votada a matéria. Mas, a ata que será lida será votada, Sr. Presidente. Razão pela qual se nós prosseguirmos a sessão com 23 Srs. Deputados, não poderemos votar a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A ata é votada com qualquer número.

O SR. ADALBERTO DAROS — Absolutamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Questão de Ordem, para o Deputado Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente.

Apenas, neste momento, quero levar ao conhecimento de V. Ex.^a de que a ata deverá ser lida e na hora da votação da ata, é que deverá se proceder a verificação de número para ver se tem condições de votar ou não a ata em outro momento e não nesse.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Proceda a Questão de Ordem de V. Ex.^a; solicito do Sr. 2.º Secretário que proceda a leitura.

O SR. 2.º SECRETÁRIO (Werner Wanderer). — (Procede à leitura da ata).

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Requeiro uma chamada nominal para, neste momento, agora, que cabe e comporta, ver se existe número legal para a votação da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Solicito ao Sr. 1.º Secretário que realize a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço permissão à Mesa para assistir a sessão sem paletó.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O Sr. 1.º Secretário fará a chamada dos presentes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, queria que a Mesa me informasse se já é permitida a presença de pessoas estranhas aqui neste plenário.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Estranho é V. Ex.^a que tirou o sapato...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou me referindo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Nós acreditamos que o plenário é para os Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, V. Ex.^a peça para este cidadão não perturbar, porque eu nunca vejo o homem na Casa, para mim é desconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(O Sr. 1.º Secretário realiza a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Domício Scaramella). — Acham-se presentes 48 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Há "quorum" para prosseguimento da sessão. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. WERNER FEHLAUER, ocorrido nesta Capital, no dia 18 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Superintendente do Banco do Brasil S/A., no Paraná, Sr. NORBERTO SILVA RATTO, e ao Presidente Sr. OSWALDO ROBERTO COLIN, no sentido de agilizar a aprovação e criação da Agência do BANCO DO BRASIL S/A., na cidade de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Sendo esta região eminentemente agrícola e dado as safras frustradas que se apresentam desde o ano de 1976, é grande a procura a este conceituado estabelecimento de crédito, para suprir as deficiências monetárias pelas quais passam os agricultores locais, os quais necessitam locomover-se ao Município de Guaíra, para lá então efetuar as suas transações bancárias, quando os mesmos enfrentam intempéries, longas filas, perdendo com isto precioso tempo o qual poderia ser aproveitado em outras atividades. Isto posto, vimos à presença de Vossa Excelência, no sentido de ser autorizada a instalação de Agência do Banco do Brasil em Terra Roxa.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Diretor Regional Sr. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS e ao Presidente Sr. ADWALDO CARDOSO BOTTO DE BARROS, no sentido de autorizar a construção do prédio próprio da Agência de Correios e Telégrafos, na cidade de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Dado ao crescente volume de correspondências que se verificam na Agência do Correio local, bem como da precariedade de suas instalações, vimos através o presente solicitar de Vossa Excelência a construção da sede própria da EBCT em Terra Roxa.

Sabedores que somos do desenvolvimento que se processa nesse conceituado Órgão Federal e do interesse sempre crescente em atender os mais longínquos rincões do Brasil, nos dá a certeza de sermos atendidos em nosso pedido.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja feito um levantamento físico das áreas urbanas de CIELITO, ALVORADA D'OESTE e CÉRRIO AZUL, no Município de Cascavel, a fim de solucionar o problema da legalização dos patrimônios urbanos e respectivos domínios aos atuais detentores de lotes adquiridos de antigos proprietários.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

É que pelo ofício datado de 21.05.79, de n.º 0271, essa autarquia não oferece uma decisão final sobre a modalidade a ser adotada para pacificar a apreensão geral ali existente.

Talvez fosse viável um trabalho prévio de demarcação nos respectivos campos, e posteriormente adoção de atos que definitivamente regularizassem o problema.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, após ouvida a Casa, REQUER seja expedido ofício à Sua Excelência Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que determine o asfaltamento do Aeroporto da cidade de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Achamos justo solicitar o asfaltamento daquele Aeroporto, uma vez que o mesmo será de excepcional valor a toda a população de Marechal Cândido Rondon e aos que deste eventualmente possam vir a servir-se.

Considerando-se a respeitável importância daquele município para o nosso Estado por sempre haver contribuído com sua parcela para elevar ainda mais o nosso desenvolvimento econômico e, levando-se em conta o seu constante crescimento demográfico, cremos que ele se faz merecer da melhor atenção e carinho. Para tanto, contamos pois, com o total apoio de todos os nobres colegas Parlamentares.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente, consubstanciado em veemente apelo, ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de serem procedidos reparos e revestimento de cascalho nas estradas chamadas de "Estradas das Colônias", no Município de Paranaguá. Essas estradas dão acesso a diversas colônias, tais como Santa Cruz, Pereira, Maria Luiza, Rio das Pombas e outras à Rodovia PR-52 (Estrada das Praias).

Muito embora seja de nosso conhecimento que a melhoria e conservação daquelas estradas sejam de responsabilidade da Prefeitura de Paranaguá, justificamos nosso requerimento, tendo em vista a circunstância de havermos recebido uma comissão de moradores da região, os quais nos solicitaram que fôssemos intérpretes de sua reivindicação junto ao D.E.R., porquanto, já por diversas vezes apelaram à Prefeitura daquele município sem obter resultados.

As colônias acima mencionadas são habitadas por colonos, grangeiros e pequenos fazendeiros, onde são produzidas frutas, hortaliças, café, gado de corte etc., sendo a principal fonte produtora desses gêneros para o abastecimento das cidades de Paranaguá, Matinhos e Caiobá, cujas cidades em épocas chuvosas, ficam praticamente privadas dos produtos já que as estradas tornam-se intransitáveis, com graves prejuízos às popu-

lações, ao comércio e especialmente aos colonos, que têm na horticultura e na criação de gado leiteiro e de corte a sua principal fonte de renda.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Diretor Presidente da SANEPAR, reiterando-lhe o pedido de implantação do sistema d'água em CIELITO e ALVORADA D'OESTE, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A concentração urbana dos Distritos de CIELITO e ALVORADA D'OESTE, estão próximas à divisa dos Municípios de Cascavel e Capitão Leônidas Marques, sendo localidades de grande porte, com diversas casas de comércio, farmácias, hospitais e escolas públicas.

Considerando que a água é elemento essencial à sobrevivência e levando-se em conta o expressivo desenvolvimento daqueles distritos, estamos certos de que esse órgão não medirá esforços no sentido de atender essa premente e justa reivindicação, com a máxima urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., solicitando a retomada da Ponte sobre o Rio Baicuru, entre o Distrito de Alto Alegre e a sede do Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Há cerca de quatro anos estamos lutando em nome daquela população neste Parlamento, no sentido de construir-se uma Ponte sobre o Rio Baicuru, que separa a sede de Capitão Leônidas Marques dos Distritos de Boa Vista da Aparecida e Alto Alegre, cujo tráfego é feito através de precária Balsa movida por força braçal.

No ano de 1978, quando se aproximava a campanha política, iniciou-se a sua construção, com movimento de canteiro, etc., o qual até poucos dias ainda estava em ritmo lento de construção, porém na fase final.

Entretanto, as fortes e incessantes chuvas que caíram no Oeste, causaram danos e destruíram muitas pontes pequenas na região, e atingiram também a mencionada obra tão esperada.

Apesar da notícia corrente ser de que os gastos ali empregados seriam elevadíssimos, não há como preterir a retomada dessa obra, já que prejuízo maior adviria ao Estado e à Sociedade ali agregada.

Portanto, repassando às autoridades do setor tal reivindicação, enfatizamos veementemente apelo no sentido do pronto atendimento dessa reconstrução.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 67/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE APUCARANA", com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública vem prestando realmente a sua finalidade na recuperação, pela psicoterapia de grupo, de pessoas de ambos os sexos, dadas ao vício do alcoolismo, uma das preocupações do Governo, sem qualquer interesse, não distinguindo cor, religião ou facção política.

Razão pela qual, esperamos dos ilustres Pares a devida aprovação da proposição apresentada por nós.

PROJETO DE LEI N.º 68/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "LAR SÃO VICENTE DE PAULO DE APUCARANA", com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche a finalidade de assistência ao menor desamparado, gratuitamente a pessoas sem distinção de nacionalidade, cor, religião, sexo, partido político ou posição social.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens outras de qualquer espécie aos seus sócios, benfeitores, mantenedores e dirigentes, bem como toda a renda patrimonial ou de qualquer origem, será aplicada no País, exclusivamente nas suas finalidades.

PROJETO DE LEI N.º 69/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A divisa entre os Municípios de Maringá e Mandaguá, nos termos do convênio de retificação subscrito pelos respectivos Prefeitos, passa a ser a seguinte:

"Inicia-se na foz do Córrego Camacua, subindo pelo Ribeirão Chapecó até as divisas dos lotes n.º 24, 24-A e 25, 25-A, segue por estas atravessando a PR 376 até a cabeceira dos mesmos numa estrada, seguindo por esta até as divisas dos lotes n.ºs 180 e 181, segue pelas mesmas até ao Ribeirão Centenário, seguindo por este até ao Ribeirão Atlântique e segue por este até o Rio Pirapó."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Constituição Estadual, no Art. 119, que os litígios territoriais entre os municípios serão resolvidos mediante convênio ou plebiscito, na forma que a lei estabelecer.

A Lei Complementar n.º 2, de 18-06-73, no parágrafo único, do Art. 4.º permite os atos que interpretem linhas divisórias ou interdistritais necessárias à sua melhor caracterização, à luz de documentação geográfica mais acurada, desde que não acarretem a transferência de uma cidade ou vila de sua jurisdição territorial.

É o caso do presente projeto que por estabelecer, de comum acordo das autoridades competentes, as reais divisas entre os dois municípios, tem pleno conforto constitucional e legal, além da conveniência e oportunidade traduzidas pelo convênio.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos, nos últimos dias da semana passada, uma comissão de moradores das colônias de Paranaguá que entendem ser da responsabilidade do DER a conservação de suas estradas.

São as estradas que servem as colônias de Maria Luíza, Rio das Pombas, Pereira e Santa Cruz, numa extensão aproximada de vinte quilômetros. Eis que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de ingentes esforços daqueles moradores junto às autoridades municipais não conseguiram fazer com que aquelas estradas fossem reparadas, com saibro, com cascalho, valetamento etc. E como essa estrada que serve essas colônias é de capital importância para Paranaguá, uma vez que por ela transitam veículos que, demandando das colônias, levam a Paranaguá gêneros para abastecer o mercado: hortaliças, verduras, gado de corte, inclusive.

Além do mais, várias granjas estão localizadas nessas estradas e a avicultura - se elas não sofrerem reparos - poderá sofrer colapso porque estas estão em estado lastimável.

Razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nosso requerimento é no sentido de solicitar do DER que proceda, através do 1.º Distrito, restauração naquele trecho de 20 km.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana passada, formulamos um pedido de inserção, nos Anais da Casa, de um editorial de "O Estado do Paraná", onde seu autor traçava um perfil da situação econômico-financeira que o ex-Governador Canet Júnior deixou para o seu sucessor Governador Ney Braga.

Dada a gravidade daquele editorial, dada a gravidade de seus termos porque ele analisava a situação econômico-financeira do Paraná, entendíamos, e entendemos, que ele devesse ser transcrito nos Anais desta Casa, razão pela qual assim o fizemos. E nosso pedido foi rejeitado.

Mas, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos deparamos novamente com um artigo mais ou menos semelhante àquele, só que o título deste é o seguinte: "Herança do Tempo Novo" e o daquele que pedíamos a transcrição era exatamente: "Que abacaxi Canet Júnior deixava para seu sucessor Ney Braga".

E com a permissão de Vossa Excelência Sr. Presidente, gostaria de fazer a leitura deste editorial, porque reputo-o de muito sério e deve fazer parte dos Anais desta Casa.

O título é "Herança do Tempo Novo", que passarei a ler:

"Se certas pessoas marcam sua presença até mesmo na ausência, os governos são medidos e julgados depois que passam. É o que se vê no Paraná beira ao trágico. O ex-Governador Canet Júnior deixou uma herança que não está no "gibi".

Todos acompanharam os pronunciamentos dos Secretários que foram à Assembléia Legislativa justificar o pedido de autorização para que o Estado contraia empréstimos externos de duzentos e trinta milhões de dólares. Falando com base em números frios e estatísticos, revelaram que a situação do Governo do Estado do Paraná não é nem um pouco cômoda. Para um orçamento de vinte e dois milhões de cruzeiros, vinte e dois bilhões de cruzeiros antigos, o Estado só conta com dezenove milhões. Há um buraco de três milhões a cobrir. Daí o pedido de empréstimo. Mas, nos últimos dias de "tempo novo", a Secretaria dos Transportes na euforia que só um gigante do asfalto pode sentir, arrumou cento e vinte contratos que estão explodindo agora, ou seja, terão que ser honrados pelo atual Governo.

A dívida do Paraná, hoje, é de doze bilhões e meio de cruzeiros. Para se ter uma idéia do tamanho do "pepino" basta ver que a Previdência Social, a maior devedora do País, apresenta um débito de treze bilhões de cruzeiros. A coisa não está fácil!

"O ESTADO DO PARANÁ", em sua edição de ontem, publicou entrevista com o Presidente da Associação dos Empreiteiros de Obras Públicas do Paraná, Engenheiro José Burico. Disse que já houve demissão de pessoal não qualificado, e que as empresas estão ameaçadas de perder totalmente suas estruturas, caso sejam forçadas a novas demissões, agora de pessoal qualificado. Essas demissões chegariam a dez mil pessoas. Isto, se o atual Governo for obrigado a dilatar os prazos de cronogramas de obras.

Um tremendo "abacaxi", não?

Na hora em que a administração pública aperta o cinto na luta contra a inflação, a herança de Canet "Tempo Novo" Júnior, "não é bolinho"!

Não há dúvida, aquele foi um Governo que ficará na História. De que modo? Não é preciso nem responder."

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez, voltamos à tribuna, para deixar registrados nesta Casa, fatos que consideramos sérios e muito graves, razão pela qual, solicitamos, entendemos que devêssemos nos pronunciar hoje no Pequeno Expediente para que um documento-editorial sério como este fizesse parte integrante dos Anais dos documentos da Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar. (Declina)

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A decadência dos costumes políticos vem tomando corpo, talvez e provavelmente, derivada das grandes dificuldades econômicas e institucionais porque passa o Brasil, já de uma época para cá.

Tem se falado abundantemente sobre o problema da alternância do modelo econômico, da modificação do modelo institucional e sobretudo do modelo político brasileiro.

O confinamento de lideranças, no banimento das inteligências e a fuga de intelectuais têm trazido, para o País, uma limitação perniciosa para o desenvolvimento cívico-patriótico brasileiro. E recentemente, o que se observa, é uma apologia do Governo, buscando a reintegração desses homens, desses intelectuais, à sociedade brasileira. Apesar de tardia, a medida do Governo não pode deixar de ser apenas, e talvez até, um engodo, para a chamada abertura política dos tempos "hodiernos". Os impedimentos na formação das lideranças, das correntes de pensamento nacional, da formação e da mobilização da juventude nas universidades têm trazido sérias e gravíssimas consequências para a formação das lideranças que hão de nortear o Brasil de amanhã.

Os partidos políticos, meras facções e aglomerados heterogêneos, não passam de fantasias para a formação de correntes que apoiam e correntes que se opõem ao Governo e a esta Casa dominante; Partidos políticos, Srs. Deputados, no meu fraco entender, há de ser correntes de pensamentos formados numa filosofia baseada numa doutrina buscando metas como fins, buscando uma determinação efetiva de homens, que governam o Estado.

O Estado, para a formação dos cidadãos, para a formação do civismo e do patriotismo verdadeiro e não de correntes de opiniões que não chegam a formar opiniões; porque se assim o fosse, nas últimas eleições não haveríamos de ter governadores, ou melhor, prepostos do Governo Federal, a bancar um

pensamento para marcar uma época situacionista, para marcar uma época da casta dominante já há cerca de quinze anos.

Fala-se muito em abertura; fala-se muito em democracia, mas o exercício da democracia está longe de ser exercitado, está longe de ser concretizado, porque não vivemos um clima de liberdade partidária. Haja visto que o Congresso Nacional acaba de fazer gestões em torno de um projeto de lei, abrandando, alargando, prorrogando mandatos dos atuais dirigentes partidários.

É hora, Sr. Presidente, de alargarmos a Nação; é hora de dialogarmos; é hora de colocarmos termos em toda esta falsidade que já norteia o País há mais de quinze anos.

É hora, Sr. Presidente, de formarmos correntes de pensamentos, que representem efetivamente as aspirações e os anseios nacionais; para implantarmos no País, legitimamente um regime verdadeiramente democrático.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Registramos com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Victor Joaquim de Souza, Prefeito de Abatiá.

Concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista, no Pequeno Expediente, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando votamos contra o empréstimo solicitado pelo Governo, explicamos algumas razões porque o fazíamos. E um dos motivos apresentados, que será o motivo da minha exposição no dia de hoje, é a tentativa de recuperar aquilo que é feito sempre às pressas, e geralmente às vésperas de eleições.

E ontem e hoje tive oportunidade de ir observar, mesmo não sendo engenheiro mas curioso e perguntando aos engenheiros, por que está acontecendo, e que deverá ser feito para sanar o mal? Estive no Viaduto da Avenida das Torres, ali sobre os trilhos da Rede Ferroviária, quem vai para São José dos Pinhais. E como as chuvas ocorridas recentemente, nós tivemos um desabamento de grande quantidade de terra naquela região, o que vem prejudicando e está provocando uma recuperação do viaduto inaugurado pelo ex-Prefeito, com muita pressa, às vésperas das eleições, para que o Viaduto fosse usado, logicamente, em favor dos homens da situação, em detrimento dos candidatos da Oposição.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de conversar com alguns engenheiros que lá estão e é claro, sem se identificar, mas dão também as suas razões, porque a área aonde está localizado o viaduto, exige muito mais estudo do que aquele que foi feito apressadamente, para que esta obra fosse concluída até as eleições próximas passadas. E assim sendo, está ocorrendo a recuperação.

Para a construção do Viaduto, muitos milhões foram empregados; e para a recuperação, além dos danos que causa a quem por ali trafega, também vai causar o dano maior, de se exigir um montante de dinheiro até grande; por que? Tudo lamentavelmente neste País, vai sendo feito às pressas.

Aqui na nossa Curitiba, iso é exemplo mais do que claro.

O Viaduto do Capanema, foi feito para determinada tonelagem; e depois teve de ser estreitado para permitir maiores condições; isso já há mais tempo, mas de qualquer maneira, dentro desse regime de quinze há anos que está implantado em nosso País, onde tudo é feito sem os devidos cálculos e dentro da maior velocidade possível.

E para encerrar, Sr. Presidente, uma obra que foi entregue ao povo de Curitiba e também à gente de Araucária, que é a Avenida das Araucárias. Foi inaugurada e ainda não foi terminada, inclusive, tendo seu trecho asfaltado, aumentado em quase 4 km e segundo pessoas de Araucária, para beneficiar interesses de pessoas ligadas ao Governo.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De 1976 até esta data, inúmeros Prefeitos eleitos pela legenda do MDB, invocando as mais diversas e variadas circunstâncias e motivações, desligaram-se da Oposição e ingressaram no Partido do Governo. Foram prefeitos que, eleitos por uma legenda, com o correr do tempo, passaram a administrar por outra.

Duas posições existem, a favor ou contra. Assim é que muitos dos prefeitos, antigos companheiros nossos, passaram e estão incorporados à legenda oficialista. A maioria deles, sob a alegação de que na Oposição não tinham condições para administrarem.

Todavia, Senhor Presidente, valorosos homens do Paraná, mesmo enfrentando dificuldades, dificuldades inerentes a quem faz oposição, principalmente no Paraná, permanecem fiéis à legenda a que foram eleitos, e dentre esses, Senhor Presidente, quero destacar um deles, de que publicamente, através documento de que distribuí agora e vai circular, dá uma evidente demonstração de que essas alegações de perseguições que existem, e nós reconhecemos, aos Prefeitos da Oposição, - tanto é verdade, Senhor Presidente, que se nota uma grande diferença agora no atual Governo com o anterior.

O anterior Governador chegou a afirmar e afirmava em palanques de que não recebia Prefeitos da Oposição. O mesmo não acontece com o atual Governador, que está recebendo os prefeitos.

Mas, Senhor Presidente, dizia eu, de que esse Prefeito de Corbélia, companheiro Laudemir Turra, dá uma demonstração, como todos aqueles prefeitos que permanecem fiéis à legenda do MDB, de que na maioria das vezes é falta de competência, é falta de capacidade daqueles que não tendo essa condição inerente ao administrador, procuram se esconder na sombra do poder, nas facilidades da situação, para tentarem resolver os problemas administrativos de seus municípios. Na prática, de nada tem valido e adiantado essa mudança de partidos.

O companheiro Laudemir Turra, Prefeito Municipal de Corbélia, distribui para a imprensa e pede a esta liderança, que transcreva nos Anais, a seguinte declaração:

"Eu, Laudemir Turra, Prefeito Municipal de Corbélia, Estado do Paraná, eleito em novembro de 1976, torno público que continuo firme na luta pela qual me predispos ao assumi-la. Através da imprensa falada e escrita, de 1977 para cá, e mesmo recentemente, tornaram-se públicas notícias de que prefeitos eleitos pelo MDB, transferiram-se para o outro partido.

Pois bem, ao assumir os destinos de um município, eleito por um partido, confiado pela grande maioria da população eleitora e sabedor das intrincadas situações que iriam se apresentar, deve-se resistir à luta. As causas justas, defendo. As minhas reivindicações, apresento e, com insistência, pois são para o bem da coletividade. Se não for atendido, fiz o possível, então procuro solucionar com os recursos de que disponho e, até o momento as promessas eleitorais e dentro de minha visão administrativa, em conjunto com aqueles companheiros e munícipes, tenho conseguido cumprí-las.

A esses prefeitos que conseguiram fazer confusão no seio do partido, no seu município, quero deixar minha mensagem; mensagem de confiança que gozo diante da população do meu município, porque me encontro mais do que nunca, firme e inabalável no partido que me elegeu. Nunca, de forma alguma, vacilei em tentar trair com compromissos assumidos com companheiros de jornada. De forma alguma pensei em ludibriar as lideranças legítimas de minha comunidade, pois esperavam dias promissores e eu estou oferecendo. Um exemplo

prático para elucidar que dias mais agradáveis surgiram, basta rememorar as eleições passadas, de novembro de 1978, quando o eleitor corbeliense deu apoio maciço aos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro, apoiados por mim e todos aqueles companheiros de lutas anteriores. Por isso, me dá a disposição de ânimo com o mesmo objetivo - a defesa da causa corbeliense; estarei na prefeitura ou nos contatos com companheiros, respeitando a doutrina partidária do MDB."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo nesta declaração, a personalidade, a capacidade e a competência do administrador que, infelizmente, muitos daqueles que o partido elegeu, em 1976, não tiveram. Por isso, Sr. Presidente, ao homem que troca de legenda, acredito, que haja nele uma falta basilar que é o conhecimento de si próprio, de assumir uma responsabilidade e não ter condições de levar essa responsabilidade à frente.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado do MDB, Antônio Romero Filho, fez pronunciamento, ontem nesta Casa, com relação ao momento assunto - o das carteiras conseguidas irregularmente. Preocupado com a situação, resolvi, hoje, informar-me com o Diretor do Serviço Estadual de Trânsito, a respeito das denúncias formuladas ontem à tarde. Conheço, há longos anos, o Cel. Osvaldo Cruz. Sei que se trata de uma pessoa de bem e de responsabilidade, disposta a coibir quaisquer irregularidades existentes no Serviço Estadual de Trânsito. O seu passado como oficial do Exército Nacional, o seu passado como administrador, o credencia para o exercício das altas funções de Diretor do Trânsito, como também significa uma garantia a mais de que o Trânsito estará entregue às mãos de uma pessoa séria, disposta a coibir eventuais irregularidades.

O que me traz à tribuna entretanto, é que o pronunciamento do eminente Deputado de Umuarama faz parecer que o Governo do Estado, que a Secretaria da Segurança e que o Trânsito estão totalmente inertes com relação ao assunto, o que não é verdade. Ele alega que o Sr. Mário Medeiros foi preso em São Paulo e está denunciado como estelionatário. Mas não trouxe nenhuma novidade ao assunto, porque realmente este cidadão, Despachante na cidade de Umuarama, foi preso no Município de São Paulo e está respondendo o inquérito na Delegacia de Crimes contra a Fazenda Pública.

Portanto, a Justiça já tomou conhecimento do assunto anteriormente à denúncia formulada pelo Deputado Romero Filho que está, neste caso, "chovendo no molhado", porque inclusive, o Serviço Estadual de Trânsito já mandou proceder, tão logo recebeu a comunicação de que este senhor estava envolvido com carteiras frias, mandou proceder o competente inquérito administrativo para apurar as irregularidades existentes.

É bom que se ressalte que o Coronel Osvaldo Cruz já determinou o estabelecimento de mais de dez sindicâncias neste Estado, e mais de três inquéritos policiais estão correndo nas Delegacias para apurar as eventuais irregularidades praticadas por funcionários públicos ou por particulares, por Despachantes ou por Auto Escolas, que estão realmente cometendo um crime, se as denúncias forem verdadeiras, dos mais graves. Porque não é só o erário público que está sendo logrado, mas também através de motoristas inabilitados está se colocando em risco o maior patrimônio do ser humano, que é a sua própria saúde.

Portanto, não há novidade nas denúncias e as providências na ordem administrativa e na ordem judicial já estão tomadas.-- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrado o Pequeno Expediente.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "ONDE AS LIBERDADES NÃO SÃO

DIREITOS E ESTES NÃO SÃO PODERES, NEM HÁ DIREITOS NEM HÁ LIBERDADE".

(a) Guizot)

Não há como a classe política brasileira, e, especialmente nós como mandato popular, deixar de levar adiante uma luta, que ao meu ver, é uma das mais importantes dentro da atualidade brasileira: **A LUTA PELO MUNICIPALISMO.**

Os municípios como precursores do Estado, são por este hoje esmagados impiedosamente. As municipalidades estiveram sempre presentes na vida das instituições nacionais e marcaram sua trajetória desde o berço da nacionalidade, com as Ordenações Filipinas e Manoelinas tentando discipliná-las no seu nascedouro.

Se formos bem analisar, desde os regimes de 1824, 1828, 1834, 1862 e 1891, encontraremos nos textos constitucionais a autonomia municipal, que não passou de ser mera retórica constitucional.

Alguns marcos municipalistas foram conseguidos em 1924, 1928 e 1930, mas a segunda República foi tão anti-Municipalista quanto a primeira.

O municipalismo brasileiro reconquistou sua autonomia com a Constituição de 1946, que foi considerada como a mais municipalista de todas as Constituições brasileiras, mas mesmo assim, ao tempo que garantia a autonomia política dos municípios, paradoxalmente, permanecia comprometida com a liberdade financeira, em seu famoso Art. 20. E daí até os nossos dias, é a triste realidade que conhecemos dos municípios brasileiros, que tem sofrido golpes e mais golpes e com mais intensidade ainda, nos quinze anos que sucederam, o golpe de Estado de 1964.

Na atualidade, os municípios brasileiros, têm que submeter-se à sobrevivência das receitas transferidas, conforme nos mostra esta estatística:

taxas: 14%

Receita Local: 28%

Receitas Transferidas: 60%

Vale registrar aqui, o alerta levantado pelo ilustre Deputado Federal Nivaldo Kruger em discurso sobre o mesmo tema proferido dias atrás da tribuna da Câmara Federal:

"Ouçamos os gritos dos municípios enquanto é tempo. Para uma tomada de consciência, não precisamos mais do que o confronto entre os recursos manipulados pelo Governo Federal (inclusive empresas e sociedades de economia mixta) contra os recursos oriundos dos orçamentos dos 3.970 (três mil, novecentos e setenta) municípios brasileiros.

Os recursos manipulados pela União, giram em torno de um trilhão de cruzeiros, e os municípios, somados, não chegam a dispor de um por cento deste montante. É o disparate administrativo e financeiro, conseqüência de uma política assambarcadora. E o que dizer então sobre a partilha, tão desigual, das rendas orçamentárias?

Em 1965, por exemplo, a União participava com 65,9% da arrecadação do País. Em 1975, chegava aos 72,9%, sendo que, no mesmo período, a dos Estados fora reduzida de 31,2% para 24,5%. E o que é mais vergonhoso: a dos municípios caiu de 4,9% para 2,6%

Desses indicadores é de se concluir que o governo procurou agregar à esfera federal a maior parte da receita tributária do País, em detrimento daqueles que a geram. Na Constituição de 1967, mais fortes ainda foram os mecanismos atribuídos à União no campo da tributação, quando enxertou novo item àquela lei conferindo ao Poder Central a competência exclusiva

para criar novos impostos. Isso observa-se ao constatar-mos que a tributação sob a responsabilidade da União abrange quatorze tributos com doze impostos, ao passo que os Estados ficaram restritos a dois impostos, número idêntico ao daqueles de competência dos Municípios”.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E a descapitalização dos municípios brasileiros, foi agravada pela edição do Ato Complementar n.º 40, de 1968, que reduziu de dez para cinco por cento a participação nos impostos de renda e produtos industrializados, com retorno hoje de apenas nove por cento desses tributos.

E o que é mais grave e criminoso: Onde foi parar o “FUNDO ESPECIAL” (Emenda Constitucional n.º 8 - 1965), que ninguém mais falou e nenhum município recebeu qualquer parcela a que tinha direito.

Para onde foram esses recursos que durante dez anos foram retirados dos municípios brasileiros? E é bom lembrarmos que esse dinheiro ainda pertence aos Municípios, que devem cobrar da União com juros e correção monetária, a exemplo de como procede a União para com os municípios.

Mas a ganância centralista do atual sistema, não para por aí, Senhores Deputados, examinemos o que diz o art. 26 da Constituição vigente:

“Art. 26 — A União distribuirá aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

- I) - quarenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, mencionados no item VIII, do art. 21;
- II) - sessenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre Energia Elétrica, mencionado no item VIII, do art. 21;

Mas para espanto nosso, dos quarenta por cento do Imposto sobre Lubrificantes Líquidos e Gasosos, de que trata o aludido art. 21, apenas e tão somente oito por cento retornam aos municípios. O mesmo se dá com referência aos sessenta por cento sobre a arrecadação do Imposto sobre Energia Elétrica, que retornam apenas oito por cento aos municípios.

Vale aqui lembrar ALIOMAR BELEIRO, quando analisava a estrutura financeira imposto pelo sistema ao município:

“DERAM COM A MÃO DIREITA PARA TOMAR DE VOLTA COM A ESQUERDA. DIFICILMENTE CUSTEARÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS, OS PRÓPRIOS ENCARGOS COM A RECEITA QUE LHEIS FOI ATRIBUÍDA PELA CONSTITUIÇÃO DE 1967”.

E assim continua a aflição e a morte lenta e gradual, mas fatal do municipalismo brasileiro, que claudica sob peso de maiores encargos e menores rendas.

Grave e inquietante a situação das células da nacionalidade, que nos leva a uma séria indagação: Por que não teria até hoje o Governo resolvido esse problema, se não lhe falta uma maioria obediente no Congresso Nacional, e muito menos poderia alegar desconhecimento de causa? Não, Senhores Deputados, a verdade é bem outra: o que há na verdade, é o interesse inconfesso de desmoralizar toda uma classe política, desacreditando no nascedouro as mais legítimas representações populares que são os prefeitos e os vereadores interioranos.

É necessário, é imperioso que somemos esforço para salvarmos os municípios e o municipalismo brasileiro.

É preciso e imperioso que se pressione o sistema no sentido de uma completa reformulação tributária e consequentemente nos conceitos que nortearam a atual legislação.

É preciso e imperioso que se movimente mas associações de municípios, principalmente a do Paraná que agora inaugura uma nova fase diretiva.

Srs. Deputados, não poderemos continuar passivos,

os prefeitos e vereadores deste País, diante de tal situação.

E como se tudo não bastasse, ainda vem em cima disso tudo o engodo e a mentira para cima dos prefeitos: “Passa para a ARENA e está tudo bem”. Mas que desamor à verdade, que falta de respeito e dignidade de um ser humano.”

O que os homens do Governo deveriam dizer e explicar aos prefeitos municipais e ao povo deste País; que vivem suas vidas a tentar consertar o inconsertável, que gastam os seus dias, pagando por pecados que não cometeram; o que deveriam explicar é o que fizeram, o que fez o Governo com os vinte e cinco bilhões de cruzeiros que entregou aos especuladores do sistema financeiro, possuidores de títulos do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os inimigos do municipalismo estão aí; estão aí mesmo encastoados no Poder; urge pois combatê-los. E por cima, e agora mais particularmente sobre os municípios paranaenses, não é do desconhecimento de ninguém, que as prefeituras do Paraná, em quase toda a sua totalidade estão às beiras da falência, tendo como causa, esta política centralista, desumana, antinacional e imposto pelo Governo.

E além do mais, os nossos prefeitos, os prefeitos do Paraná, não contam com a mínima informação da Secretaria da Fazenda ou dos órgãos responsáveis sobre as arrecadações de ICM em seus municípios. E quando estes prefeitos procuram as agências de rendas locais, são informados que naquela agência não pode sair informação porque os dados estão sendo computados pela DATAMEC.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que encaminho, para a apreciação da Casa, dois requerimentos.

O primeiro diz o seguinte: (Lê):

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja enviado o presente Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, conforme especifica.

1.º) - Qual o valor anual dos recolhimentos em atraso, de ICM arrecadado pelo Estado, durante os exercícios de 1976, 1977 e 1978?”

Aqui, pretendo me deter sobre este item. Não podemos afirmar, porque nos faltam informações oficiais. Mas posso adiantar, que o Estado não vem redistribuindo aos municípios, o produto da arrecadação de recolhimentos em atraso de ICM e o mesmo acontece com aqueles que são cobrados em dívida ativa.

— É necessário que esta Casa tenha conhecimento oficial sobre isto, para que as Prefeituras do Paraná possam tomar posição na defesa dos seus interesses.

“2.º) - Qual o valor das multas, juros de mora e correção monetária, referente a esses recolhimentos?

3.º) - Qual o valor arrecadado pelo Estado, com referência ao ICM, durante o exercício de 1978? Especificar os valores arrecadados, mês a mês, município por município.

4.º) - Qual o valor creditado aos municípios, no exercício de 1978, especificando os valores, mensalmente, município por município.”

E um segundo requerimento, Sr. Presidente. (Lê):

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado o presente PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, conforme especifica: —

1) - Qual a fórmula usada para obter-se o resultado da cota de ICM a ser creditada aos municípios paranaenses?”

Outro problema, que vem afligindo os nossos prefeitos, porque a fórmula tão complicada, cheia de índices e números, que o prefeito não consegue chegar a um resultado objetivo e prático.

Peço também para que a Secretaria da Fazenda apresente um caso concreto nestes cálculos, e peço que nos mande como

exemplo, o cálculo de distribuição de quotas do ICM para o Município de Curitiba.

"Item III — Pergunto se o Estado vem cobrando alguma taxa para custear despesas para administração do ICM. Em caso afirmativo, desde quando vem sendo cobrada e qual o percentual".

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Quero, inicialmente, cumprimentar Vossa Excelência pelo brilhantismo de sua exposição, com referência à participação dos municípios na arrecadação do ICM. Porque Vossa Excelência, como já demonstrou nesta Casa, em oportunidades anteriores, é um legítimo defensor dos nossos municípios, da libertação dos nossos municípios de um regime centralizador, daí porque o município hoje está relegado a um segundo plano, dentro do sistema político vigente na Nação brasileira.

Mas, se Vossa Excelência me permitisse, queria que Vossa Excelência acolhesse uma nossa sugestão, que colocasse mais um item nesses seus dois requerimentos, dirigidos à Secretaria das Finanças, para que todas as agências estaduais de arrecadação, em todos os municípios, todo o fim de mês, se comprometessem a entregar uma via do balancete com o total da arrecadação efetuada por aquele município, porque daí os nossos municípios estariam fiscalizando, estariam sabendo exatamente qual seria a sua participação no ICM, para que ele não fosse mais lesado, como está sendo hoje, em toda a Nação Brasileira, por esse sistema que não atende os reais interesses do povo brasileiro.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu é que agradeço ao nobre Deputado, e confesso que a sugestão de Vossa Excelência é das mais pertinentes e justas, e por sugestão de Vossa Excelência por achá-la justa, incluirei esta indagação.

O Sr. Edilson Alencar — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Acompanho atentamente o brilhante pronunciamento que Vossa Excelência hoje faz desta tribuna.

Gostaria que Vossa Excelência, se possível, acrescesse mais um item no seu pedido de informações, ou nessa sua sugestão, ou seja: da publicação mensal, global, do imposto do ICM no Diário Oficial do Estado, como também fosse feita a publicação em todos os jornais desta Capital.

Era esta, Sr. Deputado, a modesta contribuição que nós gostaríamos de apor ao seu brilhante pronunciamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço, inicialmente, o aparte honroso que Vossa Excelência me oferece. Realmente Vossa Excelência tem razão, é uma contribuição justa, uma exigência legal que o Estado não vem cumprindo. Atenderei Vossa Excelência e incluirei no meu requerimento a sugestão.

Agradeço a Vossa Excelência, pelo aparte.

Continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Com respeito ao item quarto do segundo requerimento, que solicita informações do Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda sobre, se o Estado vem cobrando algum valor referente a uma taxa de administração do ICM. Se faço essa indagação a Sua Excelência o Senhor Secretário das Finanças, é porque nos preocupa que o Estado do Paraná, a exemplo de São Paulo, até pouco tempo, venha incorrendo neste erro legal.

O Estado de São Paulo vinha cobrando, Srs. Deputados, dos municípios paulistas, baseado em uma lei inconstitucional, uma taxa que chamava de "taxa de administração do ICM", no valor de 3% sobre a quota destinada a cada município.

Sobre esse assunto, um município paulista entrou com um recurso judicial, tendo conseguido uma manifestação favorável aos municípios, no Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade dessa cobrança pelo Estado, de taxas ou quaisquer outros títulos que venham a diminuir a parte que a Constituição vigente destina aos municípios brasileiros.

Senão vejamos: a Constituição Brasileira, em seu artigo

23, § 8.º, diz o seguinte. (Lê): "Do produto da arrecadação mencionado no item 2.º (que é o ICM), 80% constituirão receita dos Estados e 20% dos Municípios".

Acontece, Srs. Deputados, que as quantias que vêm sendo depositadas, creditadas pelos governos aos municípios, não conferem com o seu percentual, com que obriga a Constituição Brasileira.

Daí a nossa preocupação, para que possamos alertar os nossos prefeitos, de que, se estiverem sendo lesados em qualquer tipo de cobrança sob qualquer título, para que procedam a exemplo do que fez o município paulista, entrando com um mandado de segurança na defesa dos direitos que a Constituição assegura aos municípios brasileiros.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Deputado Trajano Bastos, realmente o problema municipalista é de grande importância, e tem sido tratado nesta Casa por diversas vezes e há que se tomar uma decisão.

Tenho afirmado que o exemplo de Umuarama não é o único, e que se nós fôssemos verificar as contas dos municípios, provavelmente encontraríamos 50 municípios nesse Estado, em situação pior.

De outra parte, Vossa Excelência foi muito feliz ao mostrar ser na verdade o prefeito o verdadeiro construtor da coisa pública neste País.

Realmente, é só o município, na verdade só o município que atua diretamente, que tem uma base física delimitada, e portanto, é o prefeito que, além de tratar dos mais diversos assuntos, é super-fiscalizado, é super-protegido.

Mas, Deputado Trajano, Vossa Excelência falou sobre taxas que porventura estejam sendo cobradas pelo Estado. Seria paradoxal que o Estado estivesse cobrando taxas pela cobrança do ICM, quando nós sabemos que todas as prefeituras dispõem grandes importâncias, ajudando as agências de rendas do Estado, através de gasolina, através de levantamentos feitos à época do estabelecimento dos índices de ICM para os diversos municípios.

Então, é uma cobrança dupla, porque é o próprio município que ajuda, através de funcionários, de gasolina, enfim, de meios para o aumento do ICM, e depois passa a pagar, se é que paga no Estado — até uma época não pagava — se é que paga uma outra taxa, a título de indenizar o Estado pela cobrança do ICM.

O terceiro item, nobre Deputado, que Vossa Excelência não abordou, mas que é de grande importância, é que os municipalistas brasileiros, de longa data estão reivindicando. Na verdade, os impostos são cobrados para que os menos favorecidos possam receber benefícios da sociedade toda.

É o princípio da cobrança do imposto.

O que ocorre com o ICM é um absurdo. E isso desde 1970, através da Associação Brasileira dos Municípios, a qual tive a honra de ser Vice-Presidente; através da própria Associação dos Municípios do Paraná, muitas vezes reivindicávamos, e aqui está o ex-Presidente daquela Associação, Deputado Cyro Martins, Deputado Pinto Dias, reivindicávamos naquela oportunidade que a base para o estabelecimento dos índices de devolução do ICM não fosse somente a produção. E sim, um índice composto. Um índice que levasse em conta a população do município. Um índice que levasse em conta a área do município. Um índice que levasse em conta a própria arrecadação tributária do município, porque, naquela época, víamos ainda prefeitos, que recebendo bom retorno de ICM, deixavam de fazer arrecadação própria.

Víamos municípios pequenos, com pequena densidade demográfica ganhar muito dinheiro, enquanto que municípios com grande densidade demográfica recebiam pouco retorno, tirando o caráter social desse retorno de imposto.

Queríamos também, e deve ser o método do legislador,

que o imposto também seja devolvido em função dos gastos que o município faça em setores de competência do Estado ou da União.

Porque não é possível que se continue dessa forma: quanto menor o município, mais ele é onerado. O município pequeno manda sua produção para os centros maiores. Na hora de se computar o imposto, ele é computado no grande centro. E o município pequeno passa a ter o menor retorno.

O município pequeno só tem delegado se pagar a casa. A comarca pequena só tem juiz, só tem promotor se pagar o aluguel do juiz e do promotor.

O município pequeno só tem policial se der gasolina para a delegacia.

O município pequeno só tem escolas se ele puser professoras próprias.

Fica a pergunta: será que Municípios como Londrina, Curitiba, pagam aluguel para juiz, para promotor? Dão gasolina para a Polícia?

Lembro-me que, enquanto sangrávamos para ter uma educação razoável no interior deste Estado, quando os municípios chegavam a gastar 40 por cento de sua arrecadação com educação, o Município de Curitiba gastava dois e meio por cento em educação, porque não tinha onde gastar. E isso incluída a parte de cultura.

Então, Curitiba mantinha teatros, mantinha centros de recreação e dava a seus residentes um padrão de vida. Enquanto lá no interior, a professorinha continuava ganhando a metade de um salário.

Por isso também, para inserir em seu pronunciamento, o legislador tem que pensar numa nova maneira de embasar a volta dos impostos. Há que se considerar a população, há que se considerar que nos municípios menores, os impostos são menores porque o valor das propriedades são baixos.

Por isso, Sr. Deputado, congratulo-me com Vossa Excelência, acho que Vossa Excelência está no caminho certo ao fazer essas indagações, esperando que, assim, também possamos ser informados a quantas anda o retorno a esses municípios. O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz.

Vossa Excelência, como sempre, dá a esta Casa lições de conhecimento de causa pública.

Mas, para concluir e para concordar com as afirmações contidas no aparte de Vossa Excelência, veja as distorções, as injustiças que se cometem contra o município interiorano. Quando se trata de reaver dinheiro do Fundo Perdido, são as capitais que são aquinhoadas com esse dinheiro, sem que, com isso, assumam dívidas ou paguem juros sobre esse dinheiro. Dinheiro que pertence a todos os municípios brasileiros e somente aos municípios das capitais que têm prefeitos nomeados e que são aqueles que ficam com a "parte do leão" na distribuição da renda.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, é necessário que a Associação dos Municípios se levante, que os Parlamentares dos dois Partidos se levantem em defesa desta causa, que é a causa do municipalismo brasileiro.

Caso contrário, veremos ir por terra a economia desta Nação, porque não acreditamos que se possa construir a grandeza de uma Nação enfraquecendo política e financeiramente o município brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi. O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Delega-me a Liderança do MDB, a incumbência de, em seu nome, fazer uma abordagem do tema "SEMANA PRÓ-UNE".

Implantou-se uma autocracia, pregando um ideário e apresentando um roteiro totalmente diferente.

O berço da autocracia fundamentava-se na trindade:

- a. — combate à subversão
- b. — combate à corrupção
- c. — respeito à Constituição.

A História dos últimos quinze anos prova, sobejamente, que se essas eram as intenções, tudo não passou mesmo de intenção. Ocorre que a História registra feitos e a Humanidade sofre os efeitos dos fatos.

Intenções são abstratas.

Como toda autocracia é elitista, concentradora e oligopolizante, assim tivemos nos últimos quinze anos a supressão dos direitos mais elementares cuja amostra maior foi o AI-5.

A Educação já foi encarada das formas mais variadas, de acordo até com a evolução social de um povo. Aqui esta evolução sofreu um retrocesso tão grande, que não se sabe bem como teremos capacidade de recolocar as coisas em seus caminhos.

Houve época em que a Educação era considerada bem supérflua, da qual lançava mão quem tivesse possibilidade, gosto e esgotamento de outros prazeres.

Houve tempo em que era a Educação tida como bem de consumo, dela se servindo quem pudesse arcar com seus custos, equalizados com outras despesas rotineiras.

Houve momentos em que se prezava a Educação, feita bem social, sobre a qual a sociedade, investindo altas somas, aguardava o certo e lucrativo retorno.

Houve um tempo em que se sonhou com a Educação sendo a que, realmente é, um bem inalienável de toda criatura humana, ao qual todos devem ter o direito de acesso, sem elitismo e sem seleção social e econômica.

Este era o ideal que norteava a União Nacional dos Estudantes. Foi, por isso, colocada na clandestinidade e, posteriormente, extinta.

A Reforma Universitária, assim como a Reforma Educacional, preconizada pela Lei nº 5692, assumem posições de claro retrocesso dentro do contexto universal.

O ensino passa a aceitar o parâmetro econômico, como elemento prático de seleção. Criam-se as indústrias educacionais, com milhares de salas e alunos por unidade, sem qualquer filosofia, educação, moral, civismo, apenas atrelados à máquina oficialista, funcionando com aparelho eletrônico, mas sem qualquer sentido social, a não ser o lucro cada vez maior. Este é um capítulo à parte, que analisaremos depois.

A Universidade, dentro do famigerado acordo MEC/USAID, dizendo eliminar aspectos realmente retrógrados de sua vida, acaba por implantar o ensino pago e o execrado sistema de fundações e de instituições particulares, fazendo da educação uma fonte de rentabilidade, somente semelhante à da indústria financeira.

Evidentemente existiu uma violenta ruptura no processo social brasileiro que não aconteceu apenas no campo político.

Quando a Universidade parecia caminhar para ser um organismo, verdadeiramente social, fielmente político, objetivando a democratização de seu seio, abrigando em seu meio os filhos dos trabalhadores e da classe média, ao lado daqueles que tiveram, na sorte melhor, o acaso de um berço mais rico, surge a Reforma Universitária enquadrada pela autocracia imperante.

A incompatibilidade de interesses era evidente e essencial, não admitindo tréguas.

De um lado, pretendia-se uma Universidade comprometida com as grandes necessidades e os grandes problemas da maioria da população brasileira.

De outro lado, assistia-se à autocracia recém implantada, fazer o jogo da elite, dirigindo a Universidade para atender uma parcela minoritária, com o ensino pago, e voltando a Universi-

dade para uma tecnologia e uma ideologia que atendem às razões capitalistas do Estado e das empresas multinacionais.

A Universidade deveria ter três campos precisos de atuação: o ensino, a pesquisa e o engajamento social.

Com a industrialização do ensino universitário, reduziu-se a atividade universitária e tão somente a um ensino cada vez mais alienado da solução dos grandes problemas nacionais. Dão-se apenas aulas e o aluno paga pela carga de horas-aula que compra nas duas matrículas anuais que é obrigado a fazer, numa arrecadação extraordinária.

A ausência de incentivo à pesquisa corre por conta da condição brasileira de subdesenvolvimento, cujos recursos são pequenos para a Universidade e para a pesquisa, mas enormes para jogar a fundo totalmente perdido, em financeiras falidas e organismos comprometidos por financiamentos escandalosos.

A pesquisa, fatalmente, está sendo riscada da Universidade brasileira,

O pretexto de que estudante deve estudar, serviu para dar um fim ao engajamento social e foi motivo da mais violenta e policialesca repressão que o meio estudantil brasileiro já assistiu em sua história tão cheia de lances de motivação e ação: o Brasil contra o nazismo, a posição contra o Estado Novo, a campanha pró-PETROBRÁS, a campanha contra a entrega da Amazônia, a luta pelo respeito à intocável soberania nacional, o ensino gratuito, a democratização das nossas escolas, foram grandes temas que o Movimento Estudantil levantou por meio da UNE.

Dia 29 ela estará ressurgindo em Salvador, na Bahia.

A indagação inicial, ao receber a delegação, foi: "Teria ocorrido uma queda de ensino tão evidente, se a par da Reforma Universitária existissem entidades estudantis organizadas para fiscalizar o processo de reforma?"

A resposta é óbvia. Tão óbvia que a autocracia se esforçou muito mais na extinção de órgãos representativos do Movimento Estudantil do que propriamente nessa Reforma. Por isso a UNE está voltando".

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

É de suma importância, dentro do atual quadro nacional, que nós parlamentares, nos posicionemos definitivamente pró-UNE e seu retorno, para que ela, mais do que nunca, participe da realidade nacional. O estudante não pode, em hipótese alguma, ficar fora do engajamento aos grandes problemas nacionais.

Se os problemas específicos das Faculdades, das Universidades, do ensino superior já são gravíssimos, eles também compõem toda uma sistemática, todo um quadro por demais complexo de dificuldades, de erros, que vão atingindo todos os segmentos da sociedade brasileira.

Mas eu, neste instante em que faço este aparte, em que Vossa Excelência coloca com conhecimento, coloca bem esta problemática da própria Faculdade em si, é que nós devemos, após o noticiário de ontem, em que o Planalto esboça a idéia do fim do 477 e do 228, nós, efetivamente, precisamos fazer aqui uma colocação séria. Está se sepultando o que já estava morto, porque foram os estudantes que, de uma maneira corajosa, de uma maneira nada pusilânime, é que acabaram sepultando o 477 e o 228, porque na prática, continuaram as reivindicações e mesmo no período pior da repressão, do obscurantismo, latente estava o dinamismo do estudantado, que é próprio dele, no mundo inteiro.

Por essa razão, nós devemos, neste dia, efetivamente, cumprimentar e participar da alegria de todos aqueles que, durante todos esses anos, lutaram nos parlamentos, na imprensa, aquele mesmo na classe estudantil que, inclusive, se expuseram ao próprio arbítrio para que fossem derrubados esses decretos arbitrários e violentadores. O MDB, através de suas bancadas, ao longo desses anos, através do Senado e Câmara

Federal, tem se repetido a cada ano parlamentar, projetos para se por término aos 477 e 228. Isso nunca foi possível.

Então, quando hoje se sepulta o que estava morto há tempo, morto porque na prática o estudante derrubou esses famigerados decretos. Nós devemos ainda continuar alertas, ilustre Deputado, devemos continuar vigilantes, porque muitos dos artigos e das disposições arbitrarias do 477 e do 228, estão hoje incorporados aos regimentos internos de nossas universidades; transferiram-se muitas dessas normas violentadoras e, por esta razão, é de suma importância que o estudantado, o parlamentar, a sociedade brasileira, continue ativa e vigilante, para que também sejam extirpadas essas disposições internas das Universidades, aquilo que desconvém ao Brasil, porque tirar do estudante o debate, tirar a mobilização do jovem, tirar a troca de idéias, tentar reverter, trazer o retrocesso à mente daqueles que querem o progresso, o desenvolvimento, a livre iniciativa, a universidade aberta, o ensino gratuito em todos os níveis, quem assim proceder é efetivamente um anti-patriota, acima de ser, efetivamente, um anti-democrático e contra as liberdades humanas. Por essa razão, ilustre Deputado, nesta semana que o MDB do Paraná, e em muitos outros Estados, está dedicando uma semana inteira pró-UNE, é de extrema importância, quando nós assistimos o encaminhamento ao Congresso Nacional, do fim do 477 e do 228, que nós continuemos a luta para serem extirpadas dos regimentos internos das faculdades, as disposições arbitrarias e violentadoras.

Congratulo-me com o Partido, com o nosso Partido e com Vossa Excelência, porque trouxe a temática numa outra análise, numa ótica extremamente importante, porque enfoca inclusive o quadro total do obscurantismo, do retrocesso e das violências que se praticaram neste País em todos os níveis.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e já concederei também ao Deputado Cyro Martins, assim que conceder ao Deputado Deni Schwartz, que também solicitou.

Devo dizer que nesta autocracia, o País diante de um impasse político, diante de um impasse social, diante de um impasse econômico. Mas, o que é grave para os nossos destinos e nosso futuro, nós estamos também diante de um impasse cultural e a abolição do 477 e 228, constituem, como Vossa Excelência frisou, mera formalidade e mera concessão de uma constatação de uma realidade já existente.

Agora, o impasse cultural em que estamos mergulhados pela elitização, pela industrialização do nosso ensino de terceiro grau, e do nosso ensino universitário, este impasse terá que ser testado no novo pacto social que, se Deus quiser, o Brasil estará formulando dentro em breve, com a Assembléia Nacional Constituinte.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) (TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado, é só para chamar a atenção dos ilustres Deputados desta Casa, para algumas coincidências.

Leis nascidas no arbítrio não duram muito, podem durar até 30 anos, mas caem de podre. Há pouco foram os metalúrgicos, os professores, os funcionários públicos de São Paulo, que acabaram com a lei anti-greve. Lei tão carinhosamente moldada pelo espírito do ex-Presidente Geisel. Agora, às vésperas de uma reunião da UNE, derruba-se o 477; temor de que a lei viesse a ser de fato derrotada. Parece que são coincidências que se faz por bem pensar, porque de fato a sociedade brasileira está acabando com as leis impostas ao País pelo arbítrio.

Ontem era a lei anti-greve; caiu de podre, ninguém dá bola, ninguém respeita a lei porque é uma lei arbitrária. Amanhã seria, depois da reunião da UNE, eu tenho absoluta certeza que o 477 que já está desmoralizado ficaria mais desmoralizado ainda. E o Governo correu, não para conceder, não. Correu para ceder à pressão dos estudantes brasileiros.

O SR. RENATO BERNARDI — Muito obrigado.

O Sr. Cyro Martins — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — V. Ex.^a tem um minuto, nobre Deputado, para a conclusão do seu pronunciamento, e o horário é improrrogável.

O Sr. Cyro Martins — Nobre Deputado, realmente as ponderações que o Deputado Bernardi trouxe são válidas até certo ponto. Nós já tivemos plena liberdade de ação dos estudantes. Sou professor, e tenho na minha consciência, na minha mente, na minha profissão de que o estudante deve participar ativamente da vida política.

Mas temos passado, passado que nos trouxe da Universidade com influências perniciosas nas idéias dos nossos jovens, que trouxe greves contínuas em prejuízo do nosso ensino.

Quero ser franco para com o nobre Deputado. Aceitamos e devemos aceitar dentro da liberdade que nós queremos no Brasil, que seja realmente dado aquela condição ativa, aquela condição de que o estudante possa se manifestar. Mas o nobre Deputado fala em combate à subversão, combate à corrupção e quero deixar bem claro aqui, pensei que esta oportunidade é que eu teria, de um plenário trazer um desafio para o Deputado que ocupa a tribuna. Este desafio é bem claro dentro das minhas condições de responsabilidade, pelo povo que nós representamos no Paraná.

Quando nós estávamos aqui, tentando acomodar as coisas para resolver problemas de grande relevância e importância para o Estado, V. Ex.^a dizia e vários Deputados ouviram que nós estávamos acobertando corrupção. Não aceito essa sua frase. E acobertar é uma coisa que eu não aceito primeiro, e principalmente a corrupção. Nós somos íntegros, caro Deputado Bernardi e queremos dizer que no dicionário está bem claro, aquele que diz uma coisa que está escrito lá, como é que nós devemos tratá-lo, como mero caluniador.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário do Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues, bem como do Sr. Ari Videll, Vereador de Santa Isabel do Oeste.

Dentro do horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pode existir um povo civilizado que ignore a importância do estudante para a vida de um país.

E talvez a colocação mereça maior ênfase no caso brasileiro, onde tão somente 1% de toda a sua população tem acesso às universidades. Onde somente, pouco mais de um milhão de compatriotas nossos, têm o verdadeiro privilégio de chegar a um banco universitário. Buscando, por necessidades pessoais, por necessidades nacionais, o aperfeiçoamento cultural, a massa intelectual de que o Brasil precisa para se auto-nortear e crescer. Significando a elite pensante de 40 milhões de brasileiros que constituem a força economicamente ativa do país.

Não se pode, portanto, ignorar a importância deste contingente que vive os problemas sociais, educacionais e culturais de todos os brasileiros. E venho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fazer ecoar o pensamento de todos os meus companheiros, que nesses anos todos buscaram sempre com sinceridade, todas as franquias que o estudante deve ter para se manifestar, para dizer o que pensa, para como elite privilegiada da vida nacional,

ocupar realmente a posição de destaque que merece no atual contexto brasileiro.

É a política, sem dúvida, a grande destinatária desta fonte inesgotável que é a escola, a secundária e a universitária.

Por muitos anos ouvimos exaustivamente, críticas ao Decreto-Lei 477; por muitos anos ouvimos repercutir nos parlamentos brasileiros de todos os níveis, brados fortes, pedindo a sua extinção.

Esperava hoje, ouvir também uma palavra pelo menos de reconhecimento, à decisão do Governo. Venho fazê-lo em paz, com a minha consciência porque a mesma posição, na qualidade de Líder da ARENA na Câmara Municipal de Curitiba, há dois anos, assumi.

Pedia então, a extinção de um Decreto-Lei que à minha época como político, não havia sido usado. E não havia sido usado para a honra nossa, por um paranaense que procurou sempre resolver todos os problemas da área universitária brasileira, com a maior civilidade, com o maior amor, com o maior respeito pelo estudante deste País, o Governador Ney Braga.

Entendia também, certamente S. Ex.^a, que é na universidade que nós localizamos a grande fonte geradora de lideranças; é na universidade que encontramos a grande média de representação de toda a vida nacional, porque existem estudantes de todas as classes sociais, de todos os cantos do País, da área urbana e da área rural, estudantes que trazem, no seu íntimo, o sentimento autêntico, legítimo, do brasileiro.

Esta elite que pensa, passa a ter, agora, melhores e mais amplas oportunidades para participar da vida nacional.

O Sr. Nestor Baptista — Deputado, concede-me um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero invocar a visita que fez o Presidente Figueiredo, no ano passado, a Foz do Iguaçu. S. Ex.^a não era ainda Presidente da República e recebeu um grupo de candidatos da Assembléia Legislativa deste Estado e nós provocávamos dois assuntos com o então futuro Presidente da República: o mandato tampão por dois anos, para Prefeitos e Vereadores e o Decreto-Lei 477.

Ouvimos, todos os presentes, de viva voz, a intenção clara do então candidato à Presidência da República, de fazer esforços para evitar o mandato tampão e de fazer esforços para extinguir o Decreto-Lei 477. Isto é sinceridade. E é esta sinceridade que deve nos tocar, porque na época não se falava sequer, como hoje se fala, na possibilidade da organização da União Nacional dos Estudantes.

Ontem, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, Mensagem propondo a extinção de dois decretos-leis, atingindo diretamente o estudante brasileiro, o 477 e o 228.

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Quero, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, fazer este registro, para dizer que as posições do homem crescem na medida em que sabe reconhecer o que é feito, em que sabe reconhecer aquilo que se produz realmente, para a melhoria do nível da vida pública nacional.

O Sr. Nestor Baptista — Deputado, concede-me um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Neste particular, estou certo de que a extinção destes decretos-leis é uma forma muito clara de promover esta melhoria.

Concedo o aparte, pela ordem, ao Deputado Nestor Baptista para, em seguida, conceder ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Nestor Baptista — Muito obrigado, Deputado Ailton Cordeiro.

Acompanho o pronunciamento de V. Ex.^a com muito interesse, porque é objetivo de todo o estudante brasileiro a queda do Decreto-Lei 477 e também do 228. Mas não desconhece, o ilustre tribuno, que caindo o 477 vem uma lei que pode ser até mais rigorosa que esta, pois faz com que o universitário esteja

restrito apenas ao seu âmbito estudantil, perdendo completamente a atividade social que deve ter todo estudante brasileiro. Também há de convir o Deputado, que o estudante secundarista está mais privado e mais sem liberdade que qualquer um; pois qualquer atividade deste estudante, deve ser orientada pelo Corpo Docente. Acaba-se portanto, meu caro Deputado, o 477; mas também a liberdade fica muito longe do estudante brasileiro.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço ao Deputado Nestor Baptista.

E diria a V. Ex.^a que certamente é muito difícil, poder-mos satisfazer a esta insaciável vontade da Oposição, de obter conquistas, ignorando o processo histórico das mais diferentes civilizações, onde se observa que a conquista é progressiva; é feita de época em época. Mas o importante, Deputado Nestor Baptista é que estejamos sempre conquistando; e a extinção do 477 — é uma conquista que se deve creditar à iniciativa e à sinceridade do Presidente da República.

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a V. Ex.^a e peço escusas, até, por interromper o brilhante discurso que V. Ex.^a pronuncia a respeito dessa momentosa questão e que traduz fielmente o pensamento da bancada. V. Ex.^a, neste instante, fala em nome da nossa bancada. E é importante, para que a bancada situacionista homenageie o grande Presidente João Batista Figueiredo. Que se propôs a conduzir o País à democratização total; evidentemente, como V. Ex.^a afirmou: mesmo historicamente, todas as conquistas deverão ser feitas através de etapas; e o Presidente da República sabe da responsabilidade que lhe pesa aos ombros; sabe que ele jamais poderia promover uma abertura total de uma só vez. A extinção do Decreto 477 a meu ver, é uma das etapas prometidas pelo Sr. Presidente da República; sabemos que S. Ex.^a pela sua tradição, pelo seu passado de democrata convicto, irá proceder a redemocratização total do País.

Agora, evidentemente, o gesto do Presidente João Batista Figueiredo ao enviar ao Congresso Nacional, mensagem propondo a extinção desses dois decretos, chocou muita gente, porque muito demagogo desta terra, teve arrebatada de suas mãos, uma bandeira. Bandeira de demagogia. Então as etapas conquistadas pelo Presidente Figueiredo, que serão totais, dentro, talvez até o fim do ano, de democratização, virá efetivamente encontrar restrições, não dos oposicionistas sinceros, convictos, que fazem oposição pelo dever inalienável, ao mandato que receberam do povo, como oposicionistas.

Porque nós temos que reconhecer que grandes nomes militam no Partido da Oposição; mas aqueles que sempre encontram um motivo de satisfação, mesmo quando as medidas presidenciais vêm de encontro à grande aspiração do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente, como agradeço o aparte, com que honrou este pronunciamento o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Nelson Friedrich — V. Ex.^a permite um aparte? Serei breve. — (Assentimento).

Gostaria apenas de acrescentar, nobre Deputado, aquilo que disse há pouco, mais uma outra quadra; que o 477 e o 228, são sepultados, porque estavam mortos na prática, há muito tempo. Cito um exemplo: em 1972, foram os estudantes da Universidade de Brasília que derrubaram a Lei do Júbileamento, porque pararam inclusive as aulas, porque era um absurdo. Este tipo de colocação, dentro de um Regimento Interno. Mas é que muitos dos dispositivos arbitrários do 477 e do 228, estão hoje incorporados aos regimento interno. Mas os estu-

dantes, como os trabalhadores, os advogados, os operários de toda ordem, o servidor público, o professor, enfim, todos os segmentos da sociedade brasileira é que vêm sepultando as leis de exceção; vêm sepultando antes de, formalmente, serem enterrados, como é a lei da greve, como o 477, como o AI-5, como tantas outras coisas.

E digo mais, Sr. Deputado, se o então Ministro da Educação e Cultura, hoje Governador do Estado não acionou o dispositivo, é preciso que todos nós relembremos que ele permanecia como um caráter intimidatório, a cercar todo estudante brasileiro que pretendia a participação.

Se nenhum estudante sofreu o 477 na época de Ney Braga, como Ministro da Educação e Cultura, também devia ele, para dar testemunho de democrata, que querem realmente colocá-lo, deveria é ter extinto o 477, deveria ter extinto o 228, e não permitir que as universidades integrassem nos seus regimentos internos esses dispositivos arbitrários.

Portanto, continuava presente a força intimidativa, e digo a V. Ex.^a que esse ato pode não ter chocado a muita gente, é claro, mas, muito menos à Oposição que é quem efetivamente, ao longo destes anos sempre gritou no Congresso Nacional, contra esse tipo de absurdo de leis de exceção e arbitrarias.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para concluir, Sr. Presidente,

Srs. Deputados, quero dizer ao nobre Deputado que me aparteu, que o 477 já estava sepultado, sepultado pelo desuso; desuso que foi imposto, realmente, pelo então Ministro Ney Braga, e vale aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma conclamação aos dois partidos políticos, no sentido de que abram suas portas realmente para os estudantes, que não os discriminem, porque ainda há pouco, aqui em Curitiba mesmo, ouvimos e lemos muito, acerca de pronunciamentos feitos por um ex-integrante da Oposição, que denunciava o fechamento de suas portas para o estudante desta cidade.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Antônio Lázaro da Costa, Prefeito de Quinta do Sol, bem como do Sr. Raimundo Targino de Mello, Presidente da Câmara Municipal do referido município.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 45/79, que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos e externos pelo Tesouro Estadual, bem como concessão de garantias, fiança ou aval, e de outras providências. — Em discussão.

O SR. JOÃO MANDUR (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Na última-feira passada, quando da segunda discussão do Projeto de Lei n.º 45/79, no encaminhamento de sua votação, o então Deputado Deni Schwartz trazia ao conhecimento desta Casa a preocupação sua, e de sua bancada, com relação ao endividamento cada vez maior do Estado do Paraná.

E nós, naquela tarde, tivemos, por parte de S. Ex.^a, uma verdadeira aula de conhecimentos, prova de um homem integrado na vida de nosso Estado e com grandes serviços prestados

à causa pública, através de diversos cargos que já ocupou na administração paranaense.

E no aparte que tivemos a honra de oferecer ao eminente Deputado Deni Schwartz, quando S. Ex.^a tinha dúvidas quanto à possibilidade do Estado do Paraná vir a não dar cumprimento aos pagamentos de mais esse empréstimo que o Governo do Estado pretende fazer, externa e internamente.

Disse a S. Ex.^a, naquele meu aparte, que sobre a dúvida que pudesse pairar sobre a possibilidade de nosso Estado vir a liquidar, em dia, mais esses compromissos que iria assumir com este empréstimo, autorizado por esta Casa de Leis; e a certeza de que eu tinha de que se esta Casa negasse essa autorização pretendida, seriam, por certo, dezenas e dezenas de firmas nossas que acreditavam em nossas autoridades, em nosso Estado, que haveriam de fechar as suas portas, por falta de trabalho, por falta de recursos.

Seriam milhares e milhares de empregos, de funcionários, de operários, que, certamente, seriam despedidos, demitidos, por falta de trabalho, por falta de recursos.

E quero justificar o que disse, em aparte, ao nobre Deputado Deni Schwartz, na quinta-feira, e são decorridas apenas 72 horas, e já a imprensa estampa, em todos os jornais: "Desemprego para mais de 10 mil dez mil pessoas; "Demissão em massa nas estradas".

Com isto quero justificar a minha posição, em votando favoravelmente ao empréstimo pretendido pelo Governo do Estado, e mais do que isto, dizer à eminente bancada do Movimento Democrático Brasileiro com assento nesta Casa, de que, a preocupação que todos têm, a nossa bancada, a bancada da Aliança Renovadora Nacional também a tem. Nós também somos contra o endividamento cada vez maior, mas, diante das atuais circunstâncias, num Estado que tem condições de sobra para saldar os seus compromissos, eu afirmava, naquela tarde, que teríamos preocupações inúmeras além das já citadas, porém, como uma homenagem ao homem que hoje dirige os destinos do nosso Estado, o Governador Ney Braga, que já em 1961 assumiu os destinos do Governo do Paraná diante de grandes dificuldades, isto nenhum dos Senhores desconhece, que o nosso principal estabelecimento de crédito, o Banco do Estado do Paraná, estava sob intervenção da SUMOC e o Sudoeste do Estado vivia um conflito permanente entre seus irmãos, pela posse da terra, que o Paraná estava às escuras, que o Norte do Estado estava desvinculado do Sul, e foi o Governo de Ney Braga através da Rodovia do Café, que integrou definitivamente o Norte ao Sul do Estado.

Nós temos certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este homem, que teve a habilidade de em 61 recuperar as finanças do Paraná, de restabelecer a confiança do povo paranaense, de projetar o Estado diante do cenário nacional, nós temos a certeza que ele haverá de saber empregar estes recursos que hoje a Assembléia Legislativa do Paraná lhe concede, em obras, que venham beneficiar o povo paranaense. Mas mais do que isto, que venham minimizar esta situação de desespero em que se encontram as nossas empreiteiras, eis que ainda hoje, Srs. Deputados, eu recebia em meu Gabinete, diversos companheiros nossos, proprietários e diretores de empresas de construção, manifestando o seu medo, o seu temor diante da paralisação dos serviços aqui no nosso Estado, paralisação esta que por certo os levaria à falência e os obrigaria à demissão em massa, de operários e funcionários, contra as suas próprias vontades, porém, diante das circunstâncias e nada mais podendo fazer.

Por isto eu quero, nesta tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, justificar a minha posição quando do apoio que dei não só como homem integrado no meu Partido, Aliança Renovadora Nacional que dá a sustentação parlamentar ao Governo do Estado, mas, como homem do Paraná e que tem acompanhado e sentido de perto a preocupação dos nossos amigos e nossos companheiros. Por isso, Sr. Presidente, Srs.

Deputados, quero, nesta tarde, lançar um apelo ao eminente Governador Ney Braga, que no passado já se utilizou destes expedientes e faça todo o sacrifício possível e até impossível, que forme um "pool" de bancos do nosso Estado e que venha em socorro das empreiteiras do Paraná, para que elas não vão à falência e não levem centenas e se não milhares de chefes de família a terem que perigrinar pelo nosso Estado, em busca de sobrevivência para si e para os seus familiares.

O Sr. Deni Schwartz — V. Ex.^a permite um aparte, oportunamente?

O SR. JOÃO MANSUR — Com toda satisfação.

O Sr. Deni Schwartz — Inicialmente, queria agradecer as referências elogiosas à maneira como colocamos o nosso voto, como justificamos o nosso voto na quinta-feira passada e apresentar nossos cumprimentos pela maneira correta como V. Ex.^a está trazendo o problema a esta Casa.

Realmente, da parte deste parlamentar, não há qualquer desconfiância quanto à aplicação do empréstimo a ser concedido ao nosso Estado.

Tentamos apenas trazer à Casa, na manifestação do nosso voto, preocupações que parecem já ter trazido algum fruto. Após quinta-feira, já tivemos oportunidade de ler nos jornais da Capital, declarações do Sr. Secretário dos Transportes, demonstrando a verdadeira situação da sua Secretaria.

Após quinta-feira, tivemos a vinda aos jornais da Capital, do eminente Engenheiro José Burigo, Presidente da Associação dos Empreiteiros do Paraná, demonstrando a situação aflitiva em que vivem os nossos empreiteiros.

Somente isso, Senhor Deputado, já pagaria o fato de termos vindo à tribuna, porque nos parece importante que nós parlamentares, conheçamos, de fato, a realidade paranaense.

Veja, Senhor Deputado, como a situação está caótica. V. Ex.^a está e o faz muito bem, apelando para que o Estado constitua um "pool" de bancos, exatamente, o que quer evitar, o nosso Secretário de Finanças, quando afirmou aqui na nossa Comissão de Constituição e Justiça, que se tivesse de apanhar dinheiro interno, dinheiro dentro do Brasil, esse dinheiro teria altos custos, e que sua intenção era pegar dinheiro externo. Mas esse dinheiro só poderá vir — e a afirmação é dele mesmo — talvez no próximo ano, e o problema é de hoje, é de agora e por isso que eu me sinto já recompensado por ter levantado o problema, porque na verdade então o Paraná não está em tão boa situação, como se propalou ainda há muito pouco tempo. Veja, Senhor Deputado, que esse tem jogado muito em cima das safras frustradas, quando na verdade, aí estão os orçamentos, aí está o relatório do Sr. Governador.

Na verdade, a frustração de safras não trouxe tanto prejuízo para o Estado e é o próprio ex-Governador que afirma em seu relatório que as safras frustradas fizeram com que o Governo Federal viesse em seu socorro e é no seu relatório que está isso.

A nossa arrecadação própria no ano passado foi inferior àquela prevista, mas foi inferior na ordem de 700 a 800 milhões de cruzeiros e não um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, que é a dívida confessada da Secretaria de Transportes.

Realmente não tivemos boas safras em 1977, mas em 1977 inclusive a nossa receita foi superior a que era prevista no Orçamento de 1977.

É isso, Senhor Deputado, que eu pretendi e talvez não tenha sido feliz, pretendi quando procurava cobrar para que as mensagens que vêm à nossa Casa, venham mais explícitas para que nós possamos acompanhar realmente, possamos fiscalizar realmente leis que nós autorizamos ao Executivo.

Agradeço novamente as referências feitas por V. Ex.^a e me parabenizo por ter trazido à discussão novamente, um assunto sério para nosso Estado; nosso Estado que, diga-se de passagem e fique bem claro, está se recuperando porque ter uma capacidade de recuperação, está se recuperando neste 1.º trimestre, sen-

do o Estado que maior arrecadação percentual de ICM teve nestes primeiros meses — 11,6 contra 11,4 do Estado de São Paulo. As nossas finanças estão recuperando mas, a situação econômica, a situação financeira nossa, o Sr. bem o disse e o Secretário de Transportes bem o disse, não é boa e investigar esses fatos, nós continuaremos próxima oportunidade.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Deni Schwartz e não poderia esperar, do nobre Deputado, outra afirmação, se não essa, porque o conheço, conheço a sua formação, conheço seu espírito público e o amor que dedica e devota ao Paraná, e quero apenas dizer ao Deputado Deni Schwartz que a sua preocupação é a nossa preocupação. Agora, nós não estamos, nobre Deputado, preocupados com o endividamento do Paraná; mas estamos, isto sim, preocupados com o endividamento do Brasil e, aí, eu queria lançar um apelo, não a esta Assembléias mas a todas as Assembléias do Brasil, para que lutássemos juntos, mas é contra o endividamento do Brasil, porque o endividamento do Paraná não nos preocupa porque o Paraná tem condições de sobra, capacidade para solver com seus compromissos. Quanto ao endividamento do Brasil que se agrava dia a dia, eu tenho as minhas dúvidas.

O Sr. Quielse Crisóstomo). — V. Ex.^a permite um aparte?

(Assentimento). Naturalmente, não necessariamente para vir reforçar as palavras do eloquente orador e o político de renome em nosso Estado, nobre Deputado João Mansur mas, só para lembrar e justificar o porquê, talvez, desta corrida, hoje, de algumas firmas empreiteiras em busca de algum saldo que tenha a receber, no Estado. A situação dessas empreiteiras, empresários que conhecem o problema, a exemplo do nobre Deputado, mas deveríamos também dizer aos Srs. Membros da Oposição nesta Casa e neste Estado, de que há algum tempo atrás não havia corrida das firmas empreiteiras em busca de pagamento, porque não tinha obras, neste Estado; a situação era muito mais caótica porque não havia serviço. Hoje, existe no Paraná, muita gente que vai em busca dos seus últimos pagamentos de obras executadas ou obras que estão em fase de execução. E, evidentemente, uma planificação do vulto daquela que foi feita, principalmente, no plano rodoviário, onde o custo operacional é muito alto e o volume de obras executadas no nosso Estado, foi "sui generis" na história do Brasil. É evidente que hoje tem muito mais gente para receber, no Paraná, do que tinha antigamente. Porém, nós, particularmente, nobre Deputado Deni Schwartz, nós que somos engenheiros, sabemos quantos dos nossos colegas estavam saindo do Paraná em busca de obras; muitos dos nossos colegas estavam saindo, empreiteiras saindo do Brasil para sobrevivência porque não tinham o que fazer aqui no Paraná. Mas, graças ao dinamismo do Governo paranaense, firmas não só do Paraná sobreviveram durante todo esse período, fartamente, pelo número de obras que o Paraná teve para nossas firmas empreiteiras. Mas não só fez a importação de firmas que vieram de outros Estados para o Paraná. A mão-de-obra para cumprir e, houve uma fase do Governo Jayme Canet, que faltou firma empreiteira no Paraná, para as concorrências públicas. Chegou o momento em que não tinha mão-de-obra suficiente para acompanhar a planificação do Governo Jayme Canet e essas firmas, talvez, hoje têm algum restinho para receber; elas, praticamente, asseguraram o futuro, para muitos anos, com a grande safra de obras que o Paraná deu a essas firmas. Então, somente para dizer, num parêntese, que realmente, hoje nós estamos necessitando deste empréstimo, talvez para continuidade das obras que estão em fase, muitas delas já em fase final. E evidentemente voltamos lembrando o problema das safras, e o problema da seca que foi a causa primeira da falta de equilíbrio do planejado e do executado no Orçamento do Estado.

Isto posto, nobres companheiros desta Casa e da Oposição, deixamos bem claro de que o Paraná jamais caminhou na fase do Sr. Jayme Canet para a falência. Jamais esteve em si-

tução difícil. E as firmas hoje, naturalmente nesse repasse, nessa fase inicial do Governo de Ney Braga, em que ele mesmo está revendo as obras e sofreu esse problema do desequilíbrio do Orçamento do Estado, nós estamos vindo em socorro do Orçamento com esse empréstimo. Justamente, disse muito bem V. Ex.^a, nobre Deputado João Mansur, para que essas famílias e que são numerosas no Estado do Paraná, em número talvez surpreendente, para todo o nosso País, que sobreviveram durante todo este período governamental trabalhando em obras e que foi justamente uma das fontes de manutenção da mão-de-obra no interior do Paraná, foi justamente a pavimentação asfáltica, onde no meio da seca, a evasão do interior para as capitais não foi tão pronunciada se nós víssemos os números que foram a causa principal da manutenção dessa família no interior.

Lavradores que saíam da roça, saíam do cabo da enxada para ir para a pá, trabalhando nas estradas; trabalhando como auxiliar de pedreiro; trabalhando como pedreiro e se transformando de carpideiro de café para pedreiro, mas ficando lá na lavoura no interior. Graças ao dinamismo do Governo anterior.

E hoje, nós nos deparamos com uma transposição mui significativa de mão-de-obra da lavoura para a execução de obras, principalmente obras asfálticas. E nos deparamos com um problema que eminentemente exige, está a urgenciar uma atitude desta Casa. E diz muito bem V. Ex.^a, nós estamos hoje dando condições para que o dinamismo continue e que essas famílias que sobreviveram através, no meio de todas as crises, de secas e de geadas pela execução de obras, tenham também agora nas enchentes, talvez, algum problema que possa surgir, o seu amparo através do dinamismo que Ney Braga já está impulsionando no Estado.

Muito obrigado e parabéns a V. Ex.^a, nobre Deputado.

O Sr. Fiori Luiz — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO MANSUR — Eu quero apenas agradecer o aparte honroso do nobre Deputado Quielse Crisóstomo, meu companheiro de bancada, mas apenas fazer um pequeno reparo. Talvez V. Ex.^a não tivesse entendido o meu pronunciamento. Eu não afirmei aqui da tribuna que estava havendo corrida, em torno do recebimento. O que está havendo é um apelo dos empreiteiros do Paraná, da maioria das firmas, no sentido de que se prossigam as obras. Que novas obras sejam contratadas e que não haja paralisação.

Nunca afirmei de que está havendo uma corrida para recebimento daquilo que foi faturado. Porque existe um cronograma de pagamento e que vem sendo cumprido religiosamente.

Agradeço o aparte e concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — É uma satisfação, nobre Deputado, apartear tão íncita e preclara figura, com a sua profunda lisura, quer como ex-Governador, homem combatido nesta Casa. Com relação ao aspecto empreiteiras, existem centenas no Paraná, nobre Deputado, entre as grandes, as médias e as pequenas.

O que a gente vai cobrar, é realmente critério para se estabelecer determinadas concorrências, concorrências essas hoje desacreditadas e que é público e notório que determinadas concorrências contribuem até para o alargamento da corrupção. Muitas empreiteiras efetivamente estão falindo no Paraná. Então eu digo que é preciso se estabelecer critérios mais honestos com relação a essas concorrências, porque via de regra são favorecidos os grupos ligados ao Governo. E que normalmente já sabem com antecedência que serão escolhidos, através de concorrências que nem sempre obedecem uma linha de lisura e de honestidade. É preciso distribuir o trabalho entre todas as empreiteiras paranaenses com sub-empreitas inclusive, evitando de se trazer grandes empreiteiras de outros Estados. Nós já tivemos oportunidade de observar grandes obras no Paraná, construídas por empreiteiras de fora, nós temos um "know-how", temos

estruturas nas nossas médias, grandes e pequenas empreiteiras. Agora é preciso só o critério; eu me bato no critério de decência e honestidade, nessas concorrências públicas, onde o prefeito é do meu partido, empreiteiras estão realmente, fechando as portas porque para a construção da variante e da rodoviária trouxe uma empreiteira de fora, CBPO e na época do então Prefeito José Richa, para a construção da via expressa, usou-se o material humano, a mão-de-obra, o "know-how" das pequenas empresas de Londrina, que após esses trabalhos puderam se estruturar.

Acho fundamental que se tenha critério nessas concorrências, se estabeleça realmente, que essas grandes obras possam ser feitas por empreiteiras nossas. Mas todas elas indistintamente, se há na chefia de uma delas um Presidente ligado ou não, a grupo de governo, isso não deve ser levado em consideração. Acima de tudo com honestidade para que todas possam ter o mínimo de trabalho numa sub-empreita, para evitar realmente a falência de todas as nossas, principalmente, médias e pequenas empreiteiras. Foi uma satisfação. Muito obrigado.

É uma satisfação apartá-lo, Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Fiori, e confesso que desconheço esta parcialidade dos órgãos do governo no encaminhamento dessas concorrências públicas.

Desconheço porque não participo, graças a Deus, não tenho firma empreiteira, não participo de firma empreiteira, tenho apenas amigos que são detentores de firmas empreiteiras que trazem os seus reclamos.

Pode estar certo, nobre Deputado Fiori, no instante em que V. Ex.^a ou qualquer outro Deputado desta Casa, tiver fatos concretos, na parcialidade de uma concorrência pública contará com meu apoio e virei aqui a esta tribuna também denunciar.

De modo que eu queria apenas...

O Sr. Palácios — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento)

Peço o aparte inicialmente e desejo cumprimentá-lo pela forma com que expôs o problema, se sensibilizando pela matéria jornalística, pronunciamento feito pelo Engenheiro José Burigo, Presidente da Associação dos Empreiteiros do Estado do Paraná, e também pela exposição feita pelo Sr. Secretário dos Transportes. Por isso mesmo pela forma correta e brilhante como foi exposta talvez até, eu não devesse fazer o aparte, a não ser para cumprimentá-lo.

No entanto, em dúvida levantada pelo aparteante anterior, e que nós entendemos muito bem, devo tentar esclarecer que muito embora não tenha participado de comissões de concorrência, muito embora o meu setor quando engenheiro do Distrito Rodoviário, era o setor de conservação e às vezes passávamos para o setor de construção, por administração direta, com intuito de colaborar dentro do distrito rodoviário, dentro de nossa função, para que o plano de obras se desenvolvesse. Então, passávamos mesmo a projetar e, às vezes, até a construir rodovias.

No entanto, tentando esclarecer, se é que entendi bem o aparte, devo dizer, com relação às concorrências, que haviam financiamentos para algumas obras, grande parte ou a maior parte delas; e estas obras sendo financiadas pelo BID, exigiam editais de ordem internacional. No próprio edital constava que era edital internacional. E, por isso mesmo, estes editais eram publicados não só nos jornais do Paraná, era obrigatória sua publicação também nos jornais de outros Estados, para que pudessem ter, realmente, o caráter internacional e que mostrassem também a lisura com que a concorrência era feita.

Por isso mesmo, aquelas obras financiadas propiciavam para que empreiteiros, de outros Estados, também acorressem e se credenciassem perante os editais porque existiam as exigências mínimas e me parece, se não me engano, uma delas era que estas firmas tivessem, pelo menos, um escritório, uma representação no Paraná, além de outras exigências normais para editais de concorrência de obras públicas.

Isto propiciava para que estas firmas de outros Estados se credenciassem. Era normal a corrida porque o plano de obras que poderia ser feito até seis mil, mas na realidade, inicialmente, era de 2.500 a 3.000, mas as necessidades provocaram tanto um desenvolvimento no Estado, que outras construções de estradas foram necessárias em caráter urgente, para que se desse continuidade àquelas que já estavam anteriormente sendo construídas.

Por isto, se chegou aquele grande volume de quilômetros já altamente anunciados.

Mas isto não quer dizer que os empreiteiros do Paraná ficaram à parte no processo de desenvolvimento do Governo anterior, com relação, pelo menos, às estradas de rodagem onde eu conheço uma parte.

Devo dizer que não só as empreiteiras existentes, mas muitas firmas se criaram no Paraná, dando ao Estado um "know-how" que possibilitasse a que elas hoje pudessem concorrer em outros Estados, levando o "know-how" paranaense e também aquele conhecimento, para que estas firmas pudessem se desenvolver. O Paraná, com isto, tornou-se um exportador de construtores em outros Estados. O que provocou um desenvolvimento, porque era um Estado, em termos de empreiteiros, um tanto acanhado.

Não sei se pude responder, pelo menos em parte, para colaborar com o aparte do nobre Deputado Fiori, que foi bem posto e eu entendo porque. Agradeço, Sr. Deputado, a oportunidade que tem me dado. Pretendia discorrer mais um pouco, no entanto, vejo que V. Ex.^a já tem seu tempo um tanto limitado e, ao agradecer e terminar, me coloco à disposição para futuras interpelações.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Palácios, que é um homem experiente, engenheiro, e que faz parte do Departamento de Estradas de Rodagem e que, por certo, respondeu em parte aquilo que queria responder ao nobre Deputado Fiori Luiz, cuja preocupação nossa, é de proteger as firmas do Paraná, as firmas paranaenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eram estes os esclarecimentos que eu queria prestar nesta tarde, justificando a minha posição na passagem que concede empréstimos ao Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Nestor Baptista — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento). Antes de mais nada, a possibilidade de extravasar a minha alegria em ter este aparte de um dos mais ilustres políticos do Paraná.

Eu apenas não entendi bem, Sr. Deputado, o seu posicionamento quando faz um apelo a todas as Assembléias do País, para que se preocupem com o endividamento externo, do Brasil, ao mesmo tempo em que apoia o empréstimo por parte do Estado do Paraná.

Gostaria, dentro da capacidade que V. Ex.^a por certo tem, a explicação para que a gente pudesse também se situar devidamente nesta colocação, feita pelo nobre Deputado que ocupa a tribuna.

O SR. JOÃO MANSUR — Nobre Deputado, agradeço o aparte de V. Ex.^a e o que eu quis dizer, é que, de nada adiantaria esta Assembléia negar ao Governo do Paraná este financiamento pretendido, se outros Estados, vierem a conseguir financiamentos desta ordem, como pede o Governo do Estado do Paraná.

Este era o meu posicionamento, e razão porque fiz o apelo a esta Assembléia, a este Poder Legislativo, para que se fizesse este apelo a todas as Assembléias do Brasil, para que se sensibilizasse o Governo Federal, no sentido que se fizesse um paradeiro a esses empréstimos externos, para que se parasse com o endividamento do nosso País e da nossa Pátria, porque da forma que nós estamos vendo, o endividamento cada vez maior

do Brasil, nós estamos caminhando à beira do caos e do abismo.
Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em discussão a Redação Final do Projeto de Lei n.º 45/79. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 03/79, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina "Dr. João Ribeiro Júnior", a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J., por maioria, com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/79, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera denominação do Gabinete de Assistência Técnica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/79, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Evangélica da Família, com sede e foro na cidade de Reserva. Parecer favorável da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 25/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA DA FAMÍLIA, com sede em Reserva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA DA FAMÍLIA, da cidade de Reserva, é uma sociedade civil, que tem por finalidade organizar e manter um serviço de beneficência às pessoas necessitadas, sem distinção de credo religioso, cor e raça; dar assistência espiritual às mesmas pessoas; não tem fim lucrativo, sendo justo, portanto, o seu reconhecimento de utilidade pública, para o que espera a acolhida dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 25/79

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado AUGUSTO CARNEIRO, declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA DA FAMÍLIA, com sede e foro na cidade de Reserva.

2 — Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação que regulamenta a declaração de utilidade pública, ou seja:

a) que está em efetivo funcionamento e que serve desinteressadamente à coletividade;

b) que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e;

c) que os membros de sua diretoria não são remunerados a qualquer título.

3 — Face ao exposto, não vemos qualquer impedimento

que se lhe possa antepor quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, que melhor atende à prática legislativa.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral do Projeto de Lei n.º 25/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA DA FAMÍLIA", com sede e foro na cidade de Reserva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AIRTON CORDEIRO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que declara de utilidade pública a Associação Bamerindus, com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 32/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Bamerindus, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que se pretende tornar de utilidade pública vem prestando relevantes serviços de cunho social e o faz de maneira desinteressada à coletividade.

Estamos certos de contar com o apoio dos demais Pares visto que, no nosso entender, a entidade preenche de modo cabal, os requisitos necessários.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 32/79

1 — De autoria do nobre Deputado João Elísio, pretende o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação Bamerindus, com sede e foro nesta Capital.

2 — Referida iniciativa vem articulada e devidamente justificada, atendendo assim, o que determina o art. 123, do Regimento Interno.

3 — Por outro lado, a proposição em exame está de acordo com a legislação pertinente, de vez que possui personalidade jurídica e está em funcionamento há mais de um (1) ano; serve desinteressadamente à coletividade; que os membros de sua diretoria não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração.

Quanto ao aspecto constitucional, nada a opor.

4 — Nestas condições e em face das razões expedidas, somos pela sua livre tramitação.

É o parecer, s. m. j.

Sala das Comissões, em 18 de de abril de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente e Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí, com sede e foro no Município de São Pedro do

Ivaí. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 38/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí, preenche as normas para declaração de utilidade pública, como determina a Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

A entidade tem por finalidade a aproximação mais íntima dos educandos, pais e professores, para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo da sociedade humana.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 38/79

De autoria do ilustre Deputado GILBERTO CARVALHO, o presente Projeto de Lei n.º 38/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, com sede e foro na cidade de São Pedro do Ivaí.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JOÃO ELÍSIO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Werner Fehlauer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de determinar o asfaltamento do aeroporto da cidade de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja feito um levantamento físico das áreas urbanas de Cielito, Alvorada D'Oeste e Cerro Azul, no Município de Cascavel, a fim de solucionar o problema de legalização dos patrimônios urbanos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do Banco do Brasil e ao Presidente do Banco do Brasil S/A., no sentido de agilizar a aprovação e criação da agência do referido estabelecimento de crédito, na cidade de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando seja encaminhado

expediente aos Srs. Presidente e Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que seja autorizada a construção do prédio próprio do referido órgão na cidade de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do DER, no sentido de serem procedidos reparos e revestimento de cascalho nas estradas chamadas de "Estradas das Colônias" no Município de Paranaíba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, reiterando-lhe o pedido da implantação do sistema d'água em Cielito, Alvorada D'Oeste, no Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DER, encarecendo a retomada da ponte sobre o Rio Baicuru, entre o Distrito de Alto Alegre e a sede do Município de Capitão Leônidas Marques. — Em discussão.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença em nosso Plenário, do Sr. Geraldo Batista Chaves, Prefeito Municipal de Céu Azul.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, em forma de pedido de informações, sobre a fórmula usada para obter-se o resultado da cota do ICM a ser creditada aos municípios paranaenses. — Em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Secretário das Finanças, sobre recolhimentos em atraso do ICM. — Em discussão.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 25, 32 e 38/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 06, 64, 124, 153 e 168/78, e 04, 08, 11, 15, 22, 36 e 40/79.

Levanta-se a sessão.

Resolução:

RESOLUÇÃO N.º 120/79

DATA: 22 de maio de 1979.

SÚMULA: Acresce inciso que especifica ao artigo 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, de 18/06/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual,

seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 39, do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 49/76, de 18 de junho de 1976, fica acrescido do inciso seguinte:

"Art. 39 —
XVII — Cultura e Esportes."

Art. 2.º — A Comissão de Cultura e Esportes é competen-

te para opinar sobre matéria cultural ou esportiva, cabendo-lhe, também, difundir e estimular iniciativas e realizações desses setores de atividade.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de maio de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente